Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-3818/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/18194/2012
PROTOCOLO	:	1317246
ÓRGÃO	:	CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI
ORDENADOR DE DESPESAS	:	ROBERTO ROJO RODRIGUES
CARGO DO ORDENADOR	:	PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO – 003/2012
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADO (A)	:	FAMMA ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE – 001/2012
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TODOS OS TRAMITES ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA CONTÁBIL.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 55.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Referem-se estes autos ao contrato administrativo nº 003/2012, firmado entre o Município de Amambai e a empresa Famma Assessoria e Consultoria S/S Ltda., com o objetivo acima exposto.

A 6ª ICE procedeu a sua Análise Conclusiva a peça de nº 24onde observou que as justificativas apresentadas condizem com a realidade, portanto satisfazem às exigências legais, assim constatou:

> **"Diante do exposto, opinamos pela regularidade e legalidade da formalização do instrumento de contrato (1ª fase) nos termos do artigo 308 da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, encaminhando o processo ao Ministério Público de Contas para parecer."**

Da mesma forma é o que entende o Ministério Público de Contas que, ao examinar o processo concluiu pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual, como consta no Parecer de peça nº 26.

É o Relatório.

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

Verifico por meio da documentação apresentada que as exigências contidas na legislação vigente foram cumpridas tendo, o procedimento licitatório na modalidade carta-convite nº 001/2012 e o contrato administrativo nº 003/2012 as cláusulas essenciais quanto ao objeto, vigência, valor, atestando sua regularidade e legalidade.

Desta forma, acolho os posicionamentos formulados tanto pela Equipe Técnica quanto pelo representante do Ministério Público de Contas, uma vez que o responsável pelo órgão apresentou tempestivamente os documentos.

Diante de todo o exposto e de conformidade com o artigo 13, inciso V do Regimento Interno desta Corte **DECIDO:**

1- pela Legalidade e Regularidade do procedimento licitatório na modalidade carta-convite nº 001/2012 e do contrato administrativo nº 003/2012, firmado entre o Município de Amambai e a empresa Famma Assessoria e Consultoria S/S Ltda., com base no artigo 311, inciso I e artigo 312 inciso I, todos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

2- pela remessa destes autos à 6ª Inspetoria para cumprimento do disposto ao artigo 317 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

3- Determinar a remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 08 de maio de 2013.

Conselheira Marisa Serrano

R E L A T O R A

GAS